

## Em Belo Horizonte, servidores realizam Dia Nacional de Lutas contra a reforma administrativa

Nesta quarta-feira, 18 de agosto, servidores públicos federais, estaduais e protestaram contra a PEC 32 da reforma administrativa, as privatizações e em defesa dos serviços públicos em um Dia Nacional de Lutas e Mobilizações. Em Belo Horizonte, o ato unificado teve como tema além da luta contra reforma administrativa, a defesa dos direitos assegurados na Constituição, que vem sendo duramente atacados por este governo. Os servidores se concentraram na Praça Afonso Arinos e de lá seguiram em passeata até a Praça Sete.



O SINDSEP-MG mais uma vez se fez presente à manifestação. Diretores e filiados do Norte de Minas, Zona da Mata, Sul de Minas e Região Central participaram do ato.

Dois blocos foram destaque na passeata: no primeiro com o tema "O Governo Bolsonaro e os 40 do Centrão: Roubando os Direitos da População" faixas com fotos dos parlamentares denunciavam como estes vêm se comportando nas votações que tiram direitos dos trabalhadores; o segundo bloco com o tema "Os Serviços Públicos e a População defendo os direitos assegurados na Constituição", teve bandeiras e faixas cobrando posição do parlamento contra a PEC 32/20 e nas questões relacionadas com as votações que tiram direitos da população.





Avenida Afonso Pena



Praça Sete



Ato em Araguari

O Dia Nacional de Lutas contou com o apoio de outras categorias como correios, metalúrgicos, bancários, químicos, professores, petroleiros, estudantes e movimentos sociais que se juntaram aos servidores para protestar por emprego, vacina no braço, comida no prato e auxílio emergencial de R\$600 e pelo fim da política do governo de preços altos.

O serviço público brasileiro e a vida de toda a população estão ameaçados caso a reforma administrativa (PEC 32/20), proposta pelo governo Bolsonaro seja aprovada. A PEC-32 propõe mudanças na Constituição e no papel do Estado brasileiro, diminuindo drasticamente a oferta de serviços públicos e prejudicando a população, principalmente quem mais precisa. A reforma visa substituir os servidores públicos por apadrinhados políticos; prevê o fim da saúde e educação públicas; o fim do SUS e da vacinação gratuita; a liberdade para a exploração desenfreada dos recursos naturais; o extermínio dos povos indígenas; além de danos para a agricultura. Os prejuízos provocados pela aprovação da PEC 32/20 da reforma administrativa são inúmeros.

A PEC prevê ainda outras mudanças como o fim da estabilidade que aumenta a corrupção e prejudica a continuidade dos serviços públicos em especial aqueles que a população mais necessita como saúde e educação. A reforma Administrativa, portanto, atinge todos os trabalhadores.

Enquanto a pandemia se agrava, as vacinas demoram a chegar, pela falta de diplomacia do governo brasileiro. Aos 570 mil mortos pela Covid-19, somam-se como legado deste governo pelo menos 14

milhões de desempregados e 27 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza. O Brasil não aguenta mais o governo Bolsonaro e sua política de destruição dos direitos da população.

### **As armadilhas da MP 1.042/2021**

Por 309 votos a 128, o plenário da Câmara aprovou no dia 17/08, o parecer do relator, deputado Acácio Favacho (Pros-AP), à Medida Provisória 1.042/21, que autoriza o Poder Executivo federal a transformar, sem aumento de despesa, cargos em comissão, funções de confiança e gratificações. O texto amplia os poderes do presidente da República para fazer nomeações políticas. A MP favorece "a compra de apoio político, a corrupção".

Na prática, a MP extingue mais de 30 formas de funções. Inclusive transforma os cargos em comissão do grupo Direção e Assessoramento (DAS) em Cargos Comissionados Executivos (CCE). Aí é que está o problema: Os DAS, hoje, vão do nível 1 ao nível 6. Os CCE serão do nível 1 ao 18. E na exposição de motivos fica claro que somente os CCEs de 1 a 4 são para servidores, 'não sendo admitida para pessoas sem vínculo, em razão da baixa remuneração'. Ou seja, os servidores na linha de frente vão ganhar menos, para abrir espaço para cargo político.

Essa foi uma "jogada do Executivo", também, para ocupar o papel do Congresso. O Decreto 9.021/2017 determinava que 50% dos DAS tinham que ser para servidor. Com isso, ele perde a validade e o governo faz uma espécie de minirreforma administrativa. A MP também criou as Funções Comissionadas Executivas (FCE), exclusivas para o pessoal de fora do serviço público, embora possam ser ocupadas pelo funcionalismo, caso o gestor assim decida.

Está mais do que claro que essas ações são feitas com dois objetivos: atrair o Centrão, barrar um possível impeachment e agradar alguns setores para elevar popularidade do presidente, que está em queda livre. Os servidores precisam, agora, ficar atentos ao Projeto de Decreto Legislativo (PDL). Isso porque a MP 1.042 que está em vigor desde 15 de março, caduca em 25 de agosto e ainda depende da aprovação do Senado e da sanção do presidente.

Se ela caducar, um PDL do Congresso vai regular as medidas jurídico-administrativas para aqueles que entraram durante a vigência da MP. Já que o PDL pode determinar que quem já tomou posse, continue lá, ou não.

Essa medida provisória não organiza a estrutura, mas transforma cargos técnicos em comissionados. Esse é o caminho inverso do que esperamos que a administração pública faça. Vai aumentar a interferência política e cair a qualidade.